

O REGICÍDIO NA IMPRENSA AÇORIANA: ENTRE A COMPAIXÃO E A JUSTIFICAÇÃO

CARLOS CORDEIRO

Cordeiro, C. (2010), O Regicídio na Imprensa Açoriana: entre a compaixão e a justificação. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 47-59.

Sumário: A imprensa açoriana, como é natural, dedicou significativo espaço às notícias e comentários sobre o regicídio. Neste artigo procura apresentar-se as diferentes perspectivas políticas e ideológicas subjacentes aos textos jornalísticos, sobretudo aos editoriais e artigos de opinião. Se é certo que muitos textos expressam, sobretudo, a comoção dos articulistas perante o trágico acontecimento, não deixa também de ser verdade que muitos outros acentuam a justificação política do duplo assassinato, que, no fundo, viria a constituir uma espécie de antecâmara da queda do regime.

Cordeiro, C. (2010), The Azores Press and the regicide. From compassion to justification. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 47-59.

Summary: The Azorean Press dedicated a significant number of comments and news to the assassination of the king. This paper is intended to present the different political ideological perspectives, underlying the journalistic pieces, especially the editorials and opinion articles. If it is true that many articles express above all the emotions of the writers before the tragic event, it is nevertheless also true that many others emphasize the political justification of the double murder, which, in essence, would represent a sort of prelude of the end of the regime.

Carlos Cordeiro – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Gaspar Frutuoso (CEGF) da Universidade dos Açores.

Palavras-chave: Imprensa açoriana, regicídio, João Franco, D. Carlos, republicanismo.

Key-words: Azorean press, regicide, João Franco, D. Carlos, republicanism.

Com este artigo, procura analisar-se as reacções da imprensa açoriana ao regicídio. Não me foi possível a consulta de todos os jornais que, na altura, existiam em cinco das nove ilhas. Por um lado, pela sua quantidade – 27 ao todo, cinco deles diários e os restantes semanários; por outro,

porque não se encetou ainda, nos Açores, uma política consistente visando a preservação, através da microfilmagem e/ou digitalização, das colecções da imprensa das diversas ilhas e sua distribuição, nesses suportes, pelas bibliotecas públicas e outras instituições culturais açorianas. Não consegui, pois, consultar todos os jornais que se publicavam nos Açores. Mesmo assim, julgo que a amostragem é significativa. Não se conte que apresente grandes novidades, pois estou certo de que, em termos gerais, as reacções da imprensa açoriana não divergiam notoriamente das que se verificaram no Continente.

Uma breve introdução para destacar o facto de a organização partidária nos três distritos açorianos se ter mantido, na transição do século XIX para o XX, alheia à introdução de inovações. Não foram organizadas estruturas de tipo mais ou menos partidário das dissidências e o Partido Regenerador-Liberal de João Franco só conseguiu uma incipiente organização na cidade de Angra do Heroísmo. O Par-

tido Nacionalista somente em 1907 organizou centros nas três capitais de distrito, tento concorrido às eleições de 1908 sem obter resultados positivos. Os republicanos, nos anos iniciais do século XX, não contavam ainda com uma sólida organização partidária, ainda que uma nova geração de bacharéis e jovens oficiais do exército se afadigasse na propaganda contra as instituições¹.

No distrito de Ponta Delgada, o esteio fundamental do franquismo era o próprio Partido Progressista-Autonomista Micaelense. O seu chefe, José Maria Raposo de Amaral, conseguira, terminada a Concentração Liberal e iniciada a “ditadura” franquista, a anuência de José Luciano de Castro para tratar dos assuntos políticos do distrito com João Franco, de quem era, aliás, amigo pessoal². Pouco antes do regicídio, João Franco propusera mesmo o pariatto para Raposo de Amaral, que, aliás, se viu na obrigação de consultar José Luciano sobre a proposta³. Não chegou a obter qualquer reacção, pois, entretanto, morria

¹ Cf. José Guilherme Reis Leite, *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º Movimento Autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 83-92.

² “O meu chefe, José Luciano de Castro, disse-me que, como eu era amigo pessoal do João Franco, me continuasse a entender com ele e assim tenho ido, mas sempre de acordo com ele, José Luciano”. “Carta de

José Maria Raposo de Amaral ao amigo Bernardo”, Ponta Delgada, 17 de Janeiro de 1908. Universidade dos Açores, Serviços de Documentação, *Arquivo José Maria Raposo de Amaral*, copiadotes de correspondência.

³ “Carta de José Maria Raposo de Amaral a João Franco”, Ponta Delgada, 29 de Janeiro de 1908, in *ibidem*.

o rei e João Franco caía definitivamente em desgraça.

Esta posição de apoio dos progressistas micaelenses a João Franco, mesmo depois da sua entrada em governo de ditadura, seria alvo das mais incisivas críticas providas, sobretudo, da imprensa regeneradora. Aliás, a imprensa antifranquista destacava-se pela virulência dos ataques à ditadura. O director do jornal regenerador, José Bruno Carreiro, foi, por exemplo, acusado de abuso de liberdade de imprensa, por ter publicado um artigo em que acusava João Franco de, numa determinada circunstância, “ter uma pinguinha a mais”, encontrar-se “carregadinho”. O julgamento do caso transformou-se num verdadeiro comício político, com o réu a pronunciar um discurso de cerca de uma hora em que reiterava, acintosamente, tudo o que dissera. Terá sido interrompido por aplausos e, depois de absolvido, seria acompanhado até casa por inúmeras pessoas ao ritmo de uma banda de música. A imprensa progressista nem queria acreditar no que se passara⁴.

Nos outros dois distritos, a situação não era muito diferente. Os furiosos ataques a João Franco englobam tam-

bém veladas, quando não expressas, críticas a D. Carlos⁵.

Ora, toda esta crispação política estará, sem dúvida, bem patente nas colunas da imprensa regional na sequência do regicídio.

Um primeiro aspecto que logo impressiona quem a consulta é o facto de serem raros os jornais que enquadram toda a primeira página com tarjas pretas. As excepções vêm, geralmente, do lado dos franquistas e seus aliados. Esta situação é ainda mais expressiva quando a comparamos, por exemplo, com as notícias sobre a morte de Hintze Ribeiro. Nem mesmo na morte, e nas circunstâncias em que ocorreu, D. Carlos conseguiu unir os monárquicos, ao menos na demonstração pública de luto. A análise dos artigos publicados nos dias subsequentes aos assassinatos evidencia ainda melhor o radicalismo das lutas político-partidárias. É que, no fundo, à própria composição gráfica correspondia, na generalidade, um determinado tipo de discurso.

Comecemos, pois, pelos jornais que apoiavam incondicionalmente o governo franquista ou que, não expressando as suas convicções partidárias, se destacavam pelo seu conservado-

⁴ Cf. Carlos Cordeiro, “A virulência do debate político em S. Miguel: franquistas e regeneradores”, in *Hintze Ribeiro: da Regeneração ao crepúsculo da Monarquia. Colóquio*

Evocativo do I Centenário da Morte de Hintze Ribeiro. Actas. No prelo.

⁵ V., por exemplo, *O Tempo*, Angra do Heroísmo, 1908, Janeiro, 21.

risimo e incondicional apoio à instituição monárquica.

O *São Miguel*, semanário católico que passara a militar nas hostes nacionalistas, era, pois, apoiante da ditadura franquista. A primeira página do número publicado a seguir ao atentado vem enquadrada numa tarja negra. Sob o título “consumou-se o crime”, o editorial começa por afirmar que se consumara o que se temia e há muito se premeditava. No fundo, as vítimas reais haviam sofrido as consequências de erros e faltas de todos os que, até então, tinham sido detentores do poder e que “descontentaram a nação e indispueram o povo contra o rei”. O governo de João Franco, com os seus erros e faltas, tinha “descontentado” os políticos com o rei. A responsabilidade do atentado devia, pois, ser-lhes assacada, e não atribuída aos anarquistas: fora “o desfecho de um comprido drama político, que teve muitos actos e que acabou por uma bem triste e horrenda tragédia”. De qualquer modo, o artigo termina afirmando a perspectiva antiliberal em que se enquadrava: em última análise, mesmo que não tivessem sido os políticos os causadores da morte do rei, nada garantiria que tal não viesse a acontecer em circunstâncias diferentes, como se verificara noutros países. O mal estava na própria raiz: o liberalismo era “inimigo do trono e do altar”. O rei não morrera, pois, por

faltas próprias, mas por erros que de longe vinham e de que “os rotativos” eram os verdadeiros responsáveis.

Assim, a nomeação do novo ministério é fortemente criticada pelo facto de constituir quase só um regresso ao passado – praticamente todos os ministros eram progressistas ou regeneradores, a maioria já passara pelo governo, mas não se chamara para colaborar na governação regeneradores-liberais e nacionalistas. De qualquer modo, os nacionalistas do *São Miguel* previam um início do reinado de D. Manuel “desafogado”, pois os republicanos, a quem se pretendia responsabilizar pelos atentados, iriam fazer um “compasso de espera” para continuarem a sua actividade de propaganda. Nesse intervalo, a situação portuguesa agravar-se-ia e o despertar republicano seria terrível:

“Quando eles gritarem não se lhes juntarão só os soldados com que hoje não contam, juntar-se-lhes-ão muitos outros e prepararão o combate por uma forma diversa deste último que emprenderam e em que foram enganados e iludidos pelos seus aliados”⁶.

Nos números seguintes, o jornal acentuaria a ideia de que o crime cometido não tinha qualquer justificação, até porque, anteriormente, não se haviam verificado revoltas ou motins

⁶ *São Miguel*, Ponta Delgada, 8 de Fevereiro de 1908.

populares demonstrativos de indignação popular contra o rei. A indignação provinha, sim, do lado dos republicanos e dos maiorais dos partidos monárquicos⁷.

O jornal católico *Estrela Oriental*, da Ribeira Grande, S. Miguel, interpreta o acontecimento numa perspectiva religiosa:

“É preciso que a religião nos desperte o temor de Deus [...] para sentirmos a urgência de sopear as paixões e de manter a razão, na constância do sofrimento”⁸.

Afinal, a liberdade transformara-se em tirania, progredindo a incoerência “de abater os reis azuis para erguer os vermelhos ou de apear a autoridade para levantar a bestialidade”⁹. Ao relatar as exéquias realizadas na Ribeira Grande, consideradas suntuosas, o jornal afirmava que a aliança do clero, povo e município teria sido claro sinal da indignação popular relativamente ao regicídio¹⁰:

“Aquela bandeira das Quinas, velando o fétro das régias vítimas [...] era a nação portuguesa a cobrir de lágrimas de vergonha dois mártires da caverna de Satanás [...]. Há, sem dúvida, portugueses que se não envergonham de ser

pedreiros-livres, porque têm rasca de judaísmo, mas Portugal ainda não é todo judengo”¹¹.

É, pois, evidente o carácter profundamente antiliberal, mesmo contra-revolucionário deste jornal, propriedade de Maria Júlia Botelho, que era também sua directora. Teria, certamente, pouca circulação e menos credibilidade perante a opinião pública, mas o facto é que a violência dos seus ataques às instituições liberais não deixaria, mesmo assim, de provocar remosques também violentos por parte da imprensa liberal e republicana.

Um outro jornal, este nitidamente franquista, *O Comércio Micaelense*, diário de Ponta Delgada, apresenta também a sua primeira página enquadrada por tarja preta, logo no dia 4. Considera o acontecimento como “terrível e inesperado”, que resultara do ódio que se havia instilado contra o rei e o seu filho primogénito. Tratara-se, porém de um drama que não tivera origem colectiva, antes, resultara da insânia de alguns tresloucados¹². Mas, o mais significativo nas páginas do jornal, alguns dias após o regicídio, é a descrença profunda no

⁷ *Ibidem*, Ponta Delgada, 14 de Março de 1908.

⁸ *Estrela Oriental*, Ribeira Grande, 8 de Fevereiro de 1908.

⁹ *Ibidem*, Ribeira Grande, 8 de Fevereiro de 1908.

¹⁰ *Ibidem*, Ribeira Grande, 29 de Fevereiro de 1908.

¹¹ *Ibidem*, Ribeira Grande, 29 de Fevereiro de 1908.

¹² *O Comércio Micaelense*, Ponta Delgada, 4 de Fevereiro de 1908.

optimismo liberal, da bondade inata da natureza humana, da possibilidade de entrada numa nova era de “paz universal e amor sobre a Terra” e da “perfectibilidade indefinida da inteligência humana”¹³. Os assassinos, cérebros patológicos, seriam somente dignos de lástima. A indignação e revolta dirigiam-se ao “bando negro dos directores espirituais d[aquelas] pobres criaturas”, que as instigara à rebelião e ao crime¹⁴. Numa interpretação mais vasta, o editorialista defendia que a simples substituição de políticos e formas de governo seria ineficaz para resolver os males da sociedade¹⁵, já que esses males radicavam na própria organização social. E, em conclusão, afirmava-se que teria sido da campanha insidiosa contra D. Carlos, levada a cabo pelos que enchiam a boca a proclamar liberdade e democracia, que resultara o assassinato de um rei “modelo completo de soberano moderno e liberal”, cujo reinado se pautara por um expressivo desenvolvimento aos mais diversos níveis.

O jornal *A União*, diário de Angra do Heroísmo, não se afasta significativamente desta leitura dos acontecimentos. D. Carlos desembarcara no

Terreiro do Paço e entrara no carro “com a serenidade de espírito e paz de consciência” que lhe advinha da convicção de que trabalhara sempre pela “paz do Reino e prosperidade da Nação”. A interpretação de que a morte do rei resultara da actuação do governo seria considerada falaciosa, pois não se compreenderia que para impedir a acção do governo fosse necessário matar o chefe de Estado e o seu sucessor¹⁶. D. Carlos procurara alterar a situação política, o que desencadeara fortíssimas reacções. Os resultados da acção do governo seriam já bem visíveis em termos de tranquilidade pública, administração e finanças, anunciando “uma fase de prosperidade que há muito a nação exigia”. Em conclusão: o regicídio fora obra de um “grupo de facínoras” instrumentos dos conspiradores que, “vendo-se perdidos pelas enérgicas medidas do governo, tentaram um último decisivo esforço: assaltaram a carruagem real”. A teoria da existência de uma vasta conspiração está também patente neste jornal franquista:

“À agitação política dos últimos tempos, promovida pelas clientelas partidárias, agentes mais ou menos remotos da lúgubre tragédia, associaram-se os elementos

¹³ *Ibidem*, Ponta Delgada, 13 de Fevereiro de 1908.

¹⁴ *Ibidem*, Ponta Delgada, 13 de Fevereiro de 1908.

¹⁵ *Ibidem*, Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 1908.

¹⁶ *A União*, Angra do Heroísmo, 3 de Fevereiro de 1908.

acratas, pondo em acção os seus ocultos instrumentos, levando-os à prática do crime mais nefando e horrendo”¹⁷.

Dos jornais independentes de compromissos partidários, ou assim se declarando, pode destacar-se *O Dia*, diário de Angra do Heroísmo. Com tarja larga a enquadrar toda a primeira página, a notícia dos assassinatos revela consternação, mas não se abalança a interpretações sobre as respectivas causas. Já aí, porém, é notória a ideia de decadência da sociedade portuguesa, resultante da acumulação de erros¹⁸. Três semanas depois, o jornal abalança-se a uma análise e interpretação do acontecimento: a falta de compreensão de direitos e deveres no seio da sociedade portuguesa. Daí resultara o estado de tensão de espíritos que apelavam para a revolução como meio de emancipação. Ora,

fora a política seguida em Portugal, que procurava satisfazer os interesses partidários em vez de trabalhar pelo progresso do país, agravada com a supressão das liberdades pelo governo de Franco, que tivera como epílogo a morte do rei e do príncipe real¹⁹.

O velho jornal *Diário dos Açores*, fundado em 1870, que se afirmava independente, mas que não deixaria de ser considerado “regenerador encapotado” por jornais progressistas, assume, de início, uma posição defensiva, utilizando um tipo de discurso por vezes quase ininteligível²⁰. Para cúmulo, transcreve mesmo de jornais lisboetas editoriais atrasados em que D. Carlos é violentamente atacado pela sua actuação política, nomeadamente o apoio incondicional a João Franco²¹. É evidente que o jornal procura desculpar-se com a falta de

¹⁷ *Ibidem*, Angra do Heroísmo, 10 de Fevereiro de 1908.

¹⁸ *O Dia*, Angra do Heroísmo, 3 de Fevereiro de 1908.

¹⁹ *Ibidem*, Angra do Heroísmo, 20 de Fevereiro de 1908.

²⁰ Veja-se esta passagem: “O rei e o príncipe pertencem à história política, pertencem às evoluções operadas pelos tempos, à instabilidade das coisas humanas e sociais, aos múltiplos aspectos que a mentalidade das nações estabelece e por que encara a sucessão das épocas; o esposo e o príncipe, o pai e o filho, pertencem ao sacrário íntimo do coração humano, à afectuosa piedade que enche um lar, ao mundo de sentimentos que

encerra entre si uma família, e a angústia, a dor suprema que uma mãe e uma esposa em presença de dois cadáveres experimentam nesta ocasião, merecem-nos o maior respeito e a homenagem dos nossos sentimentos”. *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 3 de Fevereiro de 1908.

²¹ *Diário dos Açores*, Ponta Delgada, 3 de Fevereiro de 1908. Um dos artigos era transcrito do jornal progressista *Correio da Noite*. Ali se tratava João Franco como “valido” de D. Carlos esse considerava que ambos se encontravam “completamente divorciados dos partidos constitucionais do país”. Mas o artigo é ainda mais concreto ao apontar o rei como o único responsável pela

tempo e a escassez de pessoal. Mas não deixa de ser, quer-nos parecer, uma tomada de posição, talvez até de mau gosto, que diversos jornais não deixariam de anotar. Mas esta frieza, digamos assim, é tanto mais significativa quanto é certo que, sobre o assunto, nos dois dias seguintes se limita, em exclusivo, a transcrever os telegramas oficiais que vinham chegando às autoridades distritais. Só no quarto número após a primeira notícia é que o jornal retoma o assunto, nas páginas interiores, destacando o fracasso do regresso à prática da soberania real em oposição à soberania popular, com todo o cortejo de violências e afrontas à liberdade e às garantias constitucionais²². Em conclusão, e transcrevendo um artigo do *Século*, o atentado de 1 de Fevereiro não podia ser visto só como o termo violento de um reinado, mas como a falência da doutrina de engrandecimento do poder real e devia servir como uma lição da história: o atentado evitara, certamente, a revolução²³. O jornal independente *O Telégrafo*,

da Horta, noticia o regicídio na capa, enquadrada por larga tarja preta e encimada pelo escudo nacional. Além de descrever o acontecimento como uma “verdadeira cena de horror”, augura a D. Manuel II “um reinado [...] tão venturoso como o do primeiro D. Manuel. Para que tal pudesse vir a acontecer, seria necessário o aconselhamento do rei por homens com “uma nova orientação”. Mas, o articulista logo acrescentava: “desconfiamos, porém, que um mau fado pesa sobre este desgraçado país”²⁴. Nos números seguintes, o jornal parece querer dar provas da sua independência política, quer pela diversidade de interpretações expressas em artigos de opinião, quer pela transcrição de textos publicados na imprensa nacional. Com efeito, logo no dia 5, o artigo de fundo verberava os “dissolventes princípios abstractos” instilados em espíritos fracos que perdiam “a direcção de uma consciência da verdade para serem arrastados pela loucura das teorias”. D. Manuel teria, pois, que contar com a ajuda do “povo honrado e trabalhador – ainda mesmo

situação, uma vez que fora o autor e inspirador da ditadura: “era um programa seu, muito seu, de longo tempo pensado e amadurecido: apenas lhe faltava o seu homem de carácter. Descobriu-o e lançou-se-lhe nos braços”. Do jornal regenerador *Diário Popular*, o artigo transcrito refere-se especificamente à instauração da ditadura fran-

quista como modo de resolver os problemas financeiros da Casa Real.

²² *Ibidem*, Ponta Delgada, 6 de Fevereiro de 1908.

²³ *Ibidem*, Ponta Delgada, 12 de Fevereiro de 1908. Este mesmo artigo seria também transcrito por *O Telégrafo*, Horta, 13 de Fevereiro de 1908.

²⁴ *O Telégrafo*, Horta, 3 de Fevereiro de 1908.

que infeliz – nas tremendas responsabilidades de que se encontr[ara] inesperadamente investido”²⁵. Um outro artigo, da responsabilidade da redacção, acentuava a nota decadentista da política portuguesa, alertando para possíveis ambições de potências estrangeiros, que podiam mesmo pôr em causa a existência de Portugal como nação independente: “a história condena a vida passada e recomenda o trabalho e a economia, mas o país e os seus homens públicos terão força para isso?” – interrogava o articulista. Apela-se também à “magnanimidade” de D. Manuel, pois só assim seria possível conquistar “o amor e a dedicação afectuosa do povo”²⁶. Mas o que se considera mais significativo n’*O Telégrafo* é, sem dúvida, o facto de as suas colunas se abrirem à colaboração quer de monárquicos, quer de republicanos. Um dos exemplos mais significativos é a publicação de um artigo de Brito Camacho, certamente transcrito d’*A Luta*, em que o próprio princípio monárquico é ridicularizado. A declaração de D. Manuel, antes do início da reunião do Conselho de Estado, de que pela idade, educação e experiência não podia tomar por si “as resoluções que as circunstâncias excepcionais do

momento reclama[vam]” – constituía a prova evidente do “absurdo monárquico”:

“Coisa bem simples deve ser o ofício de rei, visto como pode desempenhá-lo uma criança qualquer, indecisa ainda na formação do espírito, ainda hesitante no revelar duma tendência superior – um adolescente que se vai arrancar aos seus brinquedos, tirando-o de cima dum cavalo de pau, e indo sentá-lo no trono, com muita majestade”²⁷.

O Distrito, semanário oficial dos regeneradores micaelenses, não nos traz grandes inovações quanto à atribuição de culpas: a fatalidade visara D. Carlos, “encarnada na figura sinistra de um homem, que anunciou a redenção da pátria com voz tão lúgubre que parecia o pregão da morte”. Mas ainda mais significativa é a afirmação do carácter heróico de que se revestira o atentado:

“A nação sacudiu o dorso como o mar batido pelo ciclone. E o ciclone por onde passa destrói e arrasa... mas limpa também, embora à custa de muitas desgraças e de muitas lágrimas”²⁸.

O pequeno artigo a uma coluna, com tarjas no início e fim, nada demonstra

²⁵ Manuel Rosa, “Pela Pátria”, in *O Telégrafo*, Horta, 5 de Fevereiro de 1908.

²⁶ *O Telégrafo*, Horta, 11 de Fevereiro de 1908.

²⁷ Brito Camacho, “Rei morto – rei posto”, in *O Telégrafo*, Horta, 18 de Fevereiro de 1908.

²⁸ *O Distrito*, Ponta Delgada, 6 de Fevereiro de 1908.

de emoção, antes utilizando palavras bem medidas, como o próprio articulista as classifica.

Em suma: o regicídio evitara a revolução originada na incompatibilização do rei com o povo. Os regicidas não tinham sido os dois ou três que puxaram o gatilho, mas muitos mais²⁹. A morte “daqueles cinco”, afirmava o editorialista, evitara a morte de cinco mil.

É realmente muito significativo o tratamento do regicídio por este jornal, repita-se, órgão dos regeneradores locais, pela crueza com que analisa a situação, considerando o crime, se bem entendemos, como a grande solução para a crise política resultante da ditadura franquista, e assim talvez justificado, quem sabe, justo!

No seu regresso à direcção do jornal, em Abril de 1908, José Bruno Carreiro fazia referência ao regicídio de uma maneira, de algum modo, ambígua. Desde logo, o artigo não começa propriamente pela questão do regicídio, mas por atacar a política seguida por João Franco e pelo Partido Progressista de S. Miguel. Só depois afirma o seu dever de “dirigir duas palavras de merecida homenagem à memória do rei”, que caíra “varado pelas balas no cumprimento que se lhe afigurava, por fatalidade e no mais

terrível dos erros, o cumprimento de um dever cívico e patriótico”³⁰. Mas, o que mais sobressai nesse seu artigo é o facto de homenagear, simultaneamente, o rei e os seus assassinos, considerando que estes “encarnaram a cólera popular, simbolizando a tempestade de indignação que em todo o país tinham determinado os decretos da ditadura”, acrescentando:

“Não podemos deixar de nos descobrir perante as suas memórias, porque são as memórias de homens que tiveram a sublime e sempre nobre coragem de morrer por uma Ideia e de sacrificar a vida por aquilo que, também eles, também por fatalidade e no mais terrível dos erros, se lhes afigurou o cumprimento de um dever cívico e patriótico”³¹.

No entanto, deixava bem claro que a homenagem ao rei a fazia como homem e político monárquico; aos regicidas, somente como homem. Mesmo assim, era claro na reprovação da “extraordinária e inacreditável apoteose” feita aos cadáveres dos assassinos. No fundo, José Bruno interpretava o dramático acontecimento como resultado, não só da política de João Franco, um “ditador cuja vaidade corria paredes meias com a mais palpável das mediocridades”, mas também do apoio que o

²⁹ *Ibidem*, Ponta Delgada, 20 de Fevereiro de 1908.

³⁰ *O Distrito*, Ponta Delgada, 1908, Abril, 23.

³¹ *Ibidem*.

monarca lhe concedera para governar em ditadura³².

Nos jornais republicanos, curiosamente, o discurso sobre o acontecimento é menos radical do que o do jornal regenerador. O jornal *O Repórter*, semanário republicano de Ponta Delgada, no seu número de 9 de Fevereiro lamenta a violência do atentado, que não se coadunava com os hábitos pacatos do bom povo português. Reconhece-se a dor que a rainha devia estar a sofrer e aponta-se para mais tarde a apreciação do acontecimento³³, cuja responsabilidade não podia deixar de ser assacada a João Franco. O jornal, porém, estava muito mais empenhado na propaganda anticlerical e nas disputas quezilentas com o jornal dos nacionalistas locais, tendo deixado praticamente de falar no assunto.

O jornal *O Tempo*, de Angra do Heroísmo, considerava, quase apocalípticamente, que se vivia a crise mais grave desde Alcácer-Quibir:

“À repressão do alto respondeu a vindicta de baixo, e a morte do rei e do príncipe herdeiro, atingidos em pleno Terreiro do

Paço, pelos tiros dum bando armado, marca bem a agudeza da crise”³⁴.

O regicídio devia, pois, servir de lição àqueles que tentassem mais alguma vez voltar ao “despotismo pessoal”.

Esta simples amostragem das reacções da imprensa açoriana a propósito do regicídio é, julgamos, bem demonstrativa do radicalismo das lutas político-partidárias que fracturaram a sociedade portuguesa na época e de uma degradação progressiva das instituições.

O dramático acontecimento, contrariamente ao que se poderia supor, não foi suficiente para aplacar o divisionismo. Por um lado, encontramos os defensores da necessidade de um homem forte para acabar com a prática rotativa, símbolo dos favores às clientelas partidárias, da instabilidade política, do esbanjamento dos recursos nacionais. O regicídio resultara, assim, da aliança das lideranças dos partidos do rotativismo com os republicanos, se não directamente, pelo menos pela exaltação dos ânimos a partir da violência dos artigos da imprensa.

³² José Miguel Sardica destaca, a este propósito: “Para a opinião pública portuguesa, quer entre monárquicos quer entre republicanos, o regicídio foi interpretado como o corolário lógico das arbitrariedades e repressões da ditadura e, a um nível geral, de um sentimento crescentemente avolumado de ineficácia do regime”. José Miguel

Sardica, *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa.*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 67.

³³ *O Repórter*, Ponta Delgada, 9 de Fevereiro de 1908.

³⁴ *O Tempo*, Angra do Heroísmo, 4 de Fevereiro de 1908.

Do lado oposto, destacam-se, sobretudo, as leituras dos regeneradores. O rei procurara alterar o funcionamento das instituições, com a sua política de reforço do poder real e a sua aliança com João Franco. Esta situação, defendiam, só podia ter como desfecho a indignação popular. Os assassinatos, no fundo, seriam considerados, pelo menos num dos seus órgãos da imprensa, como um mal menor que evitara a revolução, chegando mesmo a exaltar-se a heróicidade de que tinham dado provas os regicidas. No fundo, os republicanos parecem os menos interessados na reflexão sobre o acontecimento. Se bem lemos a sua imprensa, o discurso, quando não transcrito, por exemplo, d'*A Luta*, limitava-se a remeter as culpas para João Franco e para a sua prática de limitação das liberdades. Assim, entre a compaixão resultante do drama e a justificação do ocorrido foi um passo muito curto. Esqueciam-se alguns responsáveis monárquicos que isto mesmo punha em causa a própria essência da instituição monárquica. Mas o chefe progressista de Ponta Delgada, criticando vigorosamente o papel das lideranças

monárquicas do período franquista, profetizava, logo a seguir ao regicídio: “Mais tarde sofrerão as consequências dos seus actos impensados, mas quando não tiverem remédio a dar-lhe”³⁵. E o autonomista Aristides Moreira da Mota³⁶, que desempenhara altas funções políticas no consulado de João Franco desabafava em carta ao seu amigo Luís de Magalhães: “A nação estava muito mais baixa do que eu imaginava. Uma grande parte dos nossos concidadãos ultrapassaram a degradação cívica, chegaram à última degradação humana [...]. Enfim, eu morri para a política”³⁷. Se se pensava que a política de “acalmção” promovida por D. Manuel iria ter futuro, as facções monárquicas haviam de desfazer todos os equívocos. De facto, a expectativa que se gerou em torno da moderação que D. Manuel II imprimiu à condução dos negócios públicos no início do seu curto reinado só momentaneamente acalmou as disputas entre as diversas facções monárquicas. Os jornais partidários mantiveram a prática divisionista com virulentas acusações mútuas: o clima de “acalmção” cedo se esvaiu e, conseqüentemente,

³⁵ UA/SD/JMRA. *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Luís Poças Falcão*, Ponta Delgada, 6 de Fevereiro de 1908. Copiadores de correspondência.

³⁶ Aristides Moreira da Mota (S. Miguel, 1855-1942). Advogado e professor do Liceu,

foi um dos mais importantes vultos do primeiro movimento autonomista.

³⁷ *Carta de Aristides da Mota a Luís de Magalhães*, Ponta Delgada, 1908, Março, 19. Biblioteca Nacional/E2.

a mudança de regime não constituiu grande surpresa nos círculos políticos locais, como afirmaria o jornal católico de Vila Franca do Campo, *O Autónómico*:

“A implantação da República em Portugal é um facto sensacional [...]. E outra coisa não seria de esperar, mais cedo ou

mais tarde, atento o que se estava dando e presenciando, principalmente no coração do país, desde há tempos para cá”³⁸.

Como diria Luís de Bettencourt³⁹, por ocasião da queda do regime e da auto-dissolução do Partido Progressista, a Monarquia morrera, efectivamente, com D. Carlos⁴⁰.

³⁸ *O Autónómico*, Vila Franca do Campo, 1910, Outubro 15.

³⁹ Autonomista. Antigo deputado, foi o penúltimo governador civil do distrito de Ponta

a Delgada na vigência do regime da monarquia.

⁴⁰ *Correio Micaelense*, Ponta Delgada, 1910, Outubro 27.

